

# Superior Tribunal de Justiça

**PETIÇÃO Nº 13.011 - GO (2019/0287971-2)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**REQUERENTE : CRISTINA MARY FIUZA ADORNO**  
**ADVOGADO : IVAN MARQUES - GO029645**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

## DECISÃO

CRISTINA MARY FIUZA ADORNO requer a concessão imediata do efeito suspensivo do seu recurso especial interposto no bojo de ação rescisória e inadmitido pelo Tribunal de origem, objetivando o sobrestamento da marcha do cumprimento de sentença em trâmite na primeira instância.

A requerente sustenta, em síntese, que: não ficou demonstrada a existência de apropriação de bens em seu favor ou qualquer prejuízo ao erário; a inadmissão do seu recurso louvou-se na necessidade da comprovação do feriado de carnaval, sendo certo que esse feriado é nacional, dispensando a sua demonstração, nos termos da legislação de regência; ao inadmitir o processamento dos embargos de declaração interpostos contra a decisão que negou a subida do apelo nobre, olvidou-se da aplicação do princípio da fungibilidade, conforme autoriza a jurisprudência do STJ.

Passo a decidir.

Na apreciação da questão, verifico que, no Superior Tribunal de Justiça, a tutela provisória de urgência é cabível apenas para atribuir efeito suspensivo ou, eventualmente, para antecipar a tutela em recursos ou ações originárias de competência desta Corte, devendo haver a satisfação simultânea de dois requisitos, quais sejam, a verossimilhança das alegações – *fumus boni iuris*, consubstanciada na elevada probabilidade de êxito do recurso interposto ou da ação – e o perigo de lesão grave e de difícil reparação ao direito da parte – *periculum in mora*.

Na hipótese dos autos, em análise perfunctória, própria das tutelas de urgência, não vislumbro o primeiro dos pressupostos.

É que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal.

Na espécie, os embargos de declaração, opostos contra a decisão que inadmite o recurso especial, não são o recurso adequado ou cabível à espécie. Nesse sentido os seguintes precedentes: AgRg nos EDcl no AREsp 157.670/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 19/10/2012; e AgRg no Ag 1.335.961/RS, Quarta Turma, Rel. min. Marco Buzzi, DJe de 27/11/2012.

Isso porque "o único recurso cabível da decisão de admissibilidade do recurso especial é o respectivo agravo, razão pela qual a oposição de embargos de declaração não tem o condão de interromper o prazo recursal" (AgInt no

# *Superior Tribunal de Justiça*

AREsp 866.081/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 09/03/2017). Nesse mesmo sentido: AgInt no AREsp 913.479/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 23/02/2017.

Dessa forma, considerando que a parte ora agravante apresentou embargos de declaração na Corte de origem, recurso manifestamente incabível, e nem sequer interpôs o agravo em recurso especial, constato que, como já dito, não se afigura, em princípio, a plausibilidade do direito invocado.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator

